

Comunicação pública e movimentos sociais: práticas para construção da cidadania na pandemia de covid-19

Public communication and social movements: practices for building citizenship during the COVID-19 pandemic

Comunicación pública y movimientos sociales: prácticas para la construcción de la ciudadanía en la pandemia del covid-19



Caroline Kraus Luvizotto

- Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru.
- Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov) da Unesp
- E-mail: caroline.luvizotto@unesp.br



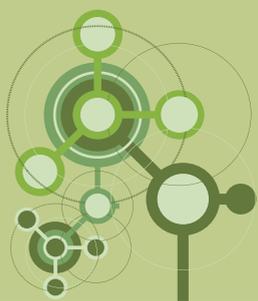
Alana Nogueira Volpato

- Relações públicas
- Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).
- Vice-líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov) da Unesp
- E-mail: alanavolpato@gmail.com



Kárita Emanuelle Ribeiro Sena

- Jornalista nos Correios
- Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Vice-presidente de Gestão e Parcerias da Associação Brasileira de Comunicação Pública
- Professora substituta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
- E-mail: karita.sena@unesp.br



RESUMO

A pandemia de covid-19 desencadeou crises que extrapolaram a área da saúde, com discursos conflitantes no espaço público. Este artigo pretende explorar como movimentos sociais participaram de processos de comunicação pública, com vistas à construção da cidadania, na pandemia de covid-19, no Brasil. Desenvolvemos análise de conteúdo de postagens relacionadas à pandemia, em páginas do Facebook de três movimentos sociais, durante dois anos. Discutimos como movimentos sociais ampliaram seu escopo de atuação para enfrentar as crises que se desenrolavam no país

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIAIS • COMUNICAÇÃO PÚBLICA • CIDADANIA • PANDEMIA DE COVID-19.

ABSTRACT

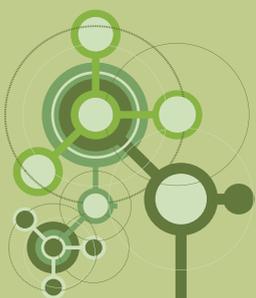
The COVID-19 pandemic triggered crises that went beyond health, with conflicting discourses in the public space. This research aims to explore how social movements participated in public communication processes to build citizenship during the COVID-19 pandemic in Brazil. We base our discussion on empirical research developed using content analysis in posts related to the pandemic made by three social movements on Facebook pages for two years, discussing how social movements broadened their scope to face the crises unfolding in the country.

KEYWORDS: SOCIAL MOVEMENTS • PUBLIC COMMUNICATION • CITIZENSHIP • COVID-19 PANDEMIC.

RESUMEN

La pandemia del covid-19 produjo una crisis que trascendió el área de la salud, con discursos contradictorios en el espacio público. Esta investigación intenta explorar cómo los movimientos sociales participaron en procesos de comunicación pública con miras a la construcción de ciudadanía durante la pandemia del covid-19 en Brasil. Se aplicó el análisis de contenido a las publicaciones relacionadas con la pandemia realizadas por tres movimientos sociales en páginas de Facebook durante dos años. Se discutió cómo los movimientos sociales ampliaron su ámbito de acción para enfrentar las crisis que se desarrollan en el país.

PALABRAS CLAVE: MOVIMIENTOS SOCIALES • COMUNICACIÓN PÚBLICA • CIUDADANÍA • PANDEMIA DEL COVID-19.



INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pela covid-19 no Brasil desencadeou um complexo contexto de crises que extrapolaram a área da saúde. A crise econômica decorrente da pandemia exacerbou as desigualdades socioeconômicas, o que torna determinados grupos mais vulneráveis à violação de seus direitos sociais e civis, enfrentando dificuldades para acessar serviços básicos e proteção social. A pandemia também destacou e aprofundou as disparidades no acesso à saúde e à informação.

Em um contexto de crise sanitária e ampla disseminação de doenças infecciosas, é fundamental que as informações sobre sintomas, prevenção e tratamento sejam precisas (Kniess et al., 2021). Complementamos que, no caso brasileiro, a crise sanitária é acompanhada por uma crise política e institucional. A comunicação das instituições públicas assume mais importância com a crescente deslegitimação da esfera política (Massuchin et al., 2023).

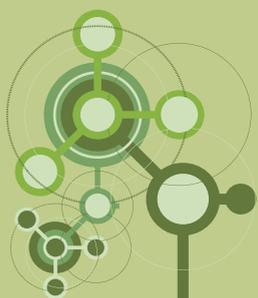
Já no início da pandemia, em março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL) questionava a seriedade da situação. Tanto comportamentos quanto falas do presidente geravam dúvidas sobre a confiabilidade de informações da imprensa e quais os melhores procedimentos para enfrentar a pandemia, de diferentes formas, seja por colocar em dúvida as orientações do OMS; por demonstrar divergências entre autoridades no âmbito federal, estadual e municipal; por ser contrário às políticas de isolamento social, defender o funcionamento convencional do comércio e promover, ativamente, aglomerações; ou por dificultar o acesso aos dados da pandemia no país (Weber, 2021).

A comunicação oficial do Ministério da Saúde também propagou desinformação sobre a pandemia. Uma pesquisa realizada no período entre março de 2020 e junho de 2021 mostra como, no primeiro ano de pandemia, o perfil oficial do Ministério no Twitter não só se dedicou mais a promover a imagem do governo e de atores políticos do que a compartilhar informação de interesse público, como também defendeu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada (Kniess et al., 2021). Da mesma forma, o website do Ministério da Saúde contribuiu para a desinformação sobre o chamado tratamento precoce (Floss et al., 2023).

Com essa conduta por parte do governo federal e de outros atores que agiam de forma convergente, grupos marginalizados enfrentaram obstáculos adicionais para acessar cuidados de saúde adequados e informações precisas sobre a pandemia, aumentando sua vulnerabilidade à doença e à discriminação. Por outro lado, diferentes setores sociais empenharam esforços para enfrentar a pandemia. Entre os atores da sociedade civil implicados nas complexas disputas sobre a pandemia de covid-19 no Brasil estão movimentos sociais, grupos organizados que se dedicam a analisar a realidade social, oferecendo suas perspectivas para o debate público em processos de mobilização e reivindicação pública, envolvendo-se tanto em dinâmicas de colaboração com aliados, como de contestação com adversários. Tendo isso em vista, movimentos sociais contribuem para a diversificação de atores envolvidos nos processos de comunicação pública, em uma concepção participativa de democracia.

Diante desse contexto, o principal objetivo deste artigo é explorar de que forma movimentos sociais participaram de processos de comunicação pública, com vistas à construção da cidadania, na pandemia de covid-19, no Brasil². Para isso, fazemos uma breve discussão teórica sobre comunicação pública e movimentos sociais, buscando demonstrar como o conjunto de práticas aqui reunidas podem se enquadrar no conceito de comunicação pública. Na sequência, descrevemos a abordagem

2 Parte das reflexões apresentadas neste texto integram pesquisas realizadas com o financiamento da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos 2021/04774-7 e 2019/00781-9).



metodológica, desenvolvida por meio da Análise de Conteúdo das postagens realizadas por três organizações (Greenpeace, Levante Popular da Juventude e Ação da Cidadania), na plataforma Facebook, durante período de dois anos (março/2020 – março/2022).

Partindo de categorias propostas por Pleyers (2020) para analisar papéis de movimentos sociais na pandemia, que complementamos de acordo com o contexto brasileiro, apresentamos os achados da pesquisa empírica. Embora façamos uma apresentação do espaço dedicado a temas relacionados à pandemia no corpus da pesquisa, assim como dos diferentes papéis desenvolvidos por movimentos sociais nesse contexto, pretendemos detalhar um papel específico: ações de informação sobre políticas públicas e defesa das instituições. Assim, refletimos como movimentos sociais ampliaram seu escopo de atuação para enfrentar as crises que se desenrolavam no país.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ATORES E PERSPECTIVAS

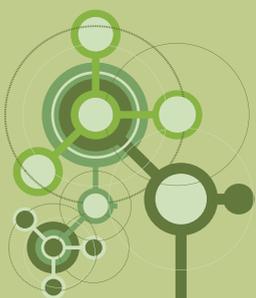
Os estudos sobre Comunicação Pública são impulsionados no Brasil após o período autoritário da ditadura civil-militar, em que as condutas da comunicação do governo serviam aos interesses privados daqueles que ocupavam o poder, obscurecendo os fatos, manipulando informações e propagandeando uma imagem pública positiva sem base na realidade. Com largo uso da comunicação, o período é marcado por uma prática em oposição ao que, posteriormente, foi sendo concretizado como preceitos da comunicação pública, relacionados especialmente à construção da cidadania, interesse público e participação social.

A superação desse período com a redemocratização levou à constatação de que informação e comunicação são fundamentais para a democracia, sendo direitos básicos para garantir o pleno exercício da cidadania. A pesquisa comunicacional foi, assim, sendo pautada por um “paradigma militante”, constituído a partir da resistência latino-americana até a década de 1980. “Para entender e aceitar sua complexidade e importância, é necessário deslocar o olhar e ver a organização política da sociedade como referência central e a comunicação pública como uma de suas manifestações mais importantes” (Brandão, 2009, p.30).

Há um esforço teórico em diferenciar procedimentos de comunicação política e pública, aquela voltada para o interesse público e não para a promoção de determinados atores ou suas perspectivas políticas. Diferentes autores da área argumentam que comunicação pública pode ser tanto um processo, instaurado com as interações entre Estado, governo e sociedade com vistas à construção da cidadania (Brandão, 2009), quanto “uma postura de perceber e utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania” (Duarte, 2009, p.60).

Em um contexto democrático, a comunicação pública deve ser entendida como um princípio normativo para a comunicação governamental, de órgãos estatais e dos poderes legislativo, judiciário e executivo (Weber, 2021). Diante do compromisso com a democracia, é sua obrigação que a comunicação priorize os cidadãos, a transparência e a qualidade dos serviços públicos. Deve cumprir funções básicas, como divulgação de instituições, explicando seu funcionamento e aproximando-as da população; apresentação e promoção de serviços prestados; e criação de oportunidades de diálogo. Concordamos com Sena (2020) que, enquanto o Estado deve ser o principal indutor da comunicação pública, organizações privadas e da sociedade civil também podem assumir esse papel, promovendo cidadania e participação.

Se a comunicação pública como processo se concretiza no diálogo entre diferentes atores sobre questões de interesse público e pode ser compreendida como uma forma de conduta, entende-se que o conceito não é centralmente definido a partir de seus emissores, mas pela forma e, também, pelo conteúdo. Assim, podemos afirmar que nem sempre o Estado pratica



comunicação pública, enquanto outros atores sociais comprometidos com os princípios de uma comunicação de interesse público, orientada pelo diálogo democrático e a promoção da participação civil podem ser promotores da comunicação pública.

Em uma democracia saudável, os movimentos sociais são reconhecidos como representantes legítimos das demandas dos grupos sociais, veículos pelos quais as demandas e preocupações da sociedade civil são expressas e negociadas, organizando e disseminando as pautas e agendas de mobilização (Luvizotto, 2022).

Gohn (2011) cita funções desempenhadas pelos movimentos sociais que, em nossa visão, evidenciam seu potencial para promoção da comunicação pública. Esses agrupamentos analisam a realidade, realizam diagnósticos, criam propostas, geram sentimento de pertencimento e criam uma identidade coletiva. Nas performances no espaço público, canalizam ações dispersas, mobilizam pessoas, ocupam espaços na mídia e criam suas próprias mídias para inserir questões na esfera pública, pressionando o poder político institucional.

Assim, enquadram-se, no que Rolando (2011) define como o quinto nível da metáfora do edifício da comunicação pública, ligado à democracia participativa, no qual o cidadão, "principalmente por meio de formas organizadas da sociedade, interage com as instituições e os decisores antes de traçar medidas sobre assuntos de interesse geral e muitas vezes nos processos de *jure concedendo*" (Rolando, 2011, p.29).

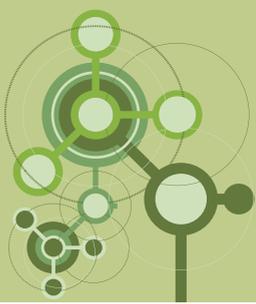
Para se inserir no debate público, movimentos sociais recorrem a um conjunto variável de performances, maneiras experimentadas e aprendidas de reivindicar publicamente, socialmente compartilhadas em repertórios de ação coletiva (Tilly, 2010). A escolha sobre as formas de ação disponíveis nos repertórios envolve uma série de fatores, como as estruturas de oportunidades políticas que podem encorajar, tolerar ou reprimir determinadas formas de interação política. Quando as oportunidades políticas se alteram, há uma reconfiguração das condições que podem favorecer ou dificultar os padrões usuais, sendo preciso repensar o uso dos repertórios. As mudanças de contexto criam espaços para inovação nas formas de ação (Tarrow, 2010).

A crescente presença de tecnologias da informação e de mídias digitais na vida cotidiana contribuem para a diversificação das formas de comunicação dos movimentos sociais, visando desde à organização interna até à circulação de significados no espaço público. As práticas comunicativas, no âmbito dos movimentos sociais, envolvem a promoção de interações em territórios, o desenvolvimento de suas próprias mídias, suas interações com meios de comunicação, dos massivos aos contra hegemônicos, dos analógicos aos digitais (Mattoni; Treré, 2014).

Inseridos em um terreno de contestação comum a outros atores, sejam eles aliados ou opositores, movimentos sociais elaboram suas estratégias de comunicação considerando uma série de fatores, como seus objetivos, suas formas preferenciais de ação, as opções disponíveis em repertórios de ação coletiva típicos da ambiência digital e as condições oferecidas para a ação coletiva em virtude de estruturas políticas, discursivas e, também, midiáticas (Volpato, 2023). Nesse sentido, movimentos sociais adaptam suas estratégias ao contexto político, social, cultural e comunicacional em que desenvolvem suas lutas. Olhar para suas práticas, portanto, pode dar indícios de dinâmicas de comunicação pública de dada conjuntura, embasando reflexões sobre processos de comunicação e seus atores sociais e políticos.

METODOLOGIA

Para viabilizar a pesquisa, recorreremos à análise de conteúdo de postagens realizadas por três atores distintos, em suas páginas na plataforma digital Facebook. Selecionamos como objeto atores com diferentes dinâmicas organizacionais,



que se dedicaram a processos de mobilização social, reivindicação pública e contestação política, nesse período, aqui tratados como paradigmas empíricos para compreender o tema proposto. Escolhemos atores que possuem diferentes focos de atuação, sem a intenção de esgotar as questões sobre as quais movimentos sociais se dedicam no país, mas que constituem importantes eixos de articulação. São eles:

- a. Luta antiausteridade, cujas pautas envolvem políticas de austeridade de governos que aprofundam as desigualdades sociais, aqui representado pelo Ação da Cidadania³, dedicado principalmente ao combate à fome e a pobreza;
- b. Afirmação identitária, organizando-se em torno de uma identidade coletiva para fazer reivindicações relacionadas a valores e comportamentos, como movimento feminista, movimento negro, movimento ambientalista, foco da organização selecionada para esta pesquisa. O Greenpeace⁴ se dedica tanto à preservação do meio ambiente quanto à proteção de populações vulneráveis, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas;
- c. Luta por mudanças estruturais, posicionando-se contra o sistema capitalista e o neoliberalismo, representado pelo Levante Popular da Juventude, que assume uma postura revolucionária e pretende organizar as juventudes do campo popular brasileiro⁵.

As postagens foram coletadas com o auxílio da ferramenta de monitoramento de redes sociais Fanpage Karma, que possibilita exportar dados de postagens de um período selecionado em planilhas de Excel, viabilizando o manejo dos dados. As planilhas apresentam a data da postagem, o conteúdo disponível no campo de texto, o número de interações por meio de reações, comentários e compartilhamentos, bem como o link para acessar a publicação.

O período de coleta corresponde aos dois primeiros anos de pandemia da covid-19, de 12 de março de 2020⁶ a 11 de março de 2022, que compreende momentos mais ou menos intensos de isolamento social, diferentes medidas adotadas pelos governos, início da vacinação e parte do período pós-vacinação, com retorno regular das atividades em diferentes setores. Foram recuperadas 6.366 postagens no período. As postagens foram filtradas manualmente para identificar quais abordavam diretamente a pandemia e seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos. Com isso, o corpus da pesquisa é composto por 2.174 postagens.

Com base em Bardin (2011), os dados passaram pelas etapas: 1) Codificação (elaboração das categorias), 2) Categorização (criação de critérios e classificação) e 3) Inferência (interpretação dos resultados). Partimos da classificação proposta por Pleyers (2020), que identificou os seguintes papéis desempenhados nesse contexto: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; e 5) Ações de educação popular e conscientização.

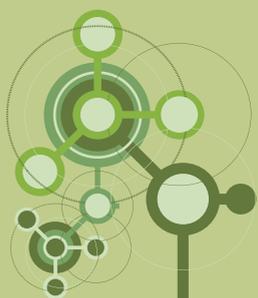
Com base na leitura dos dados, criamos uma nova categoria que evidencia como movimentos sociais se articularam como promotores de comunicação pública no caso brasileiro, sobre a qual pretendemos concentrar nossa discussão: 6) Ações de informação sobre políticas públicas e defesa das instituições. A categoria é composta por 118 publicações, divididas nas subcategorias: informação sobre acesso às políticas públicas; apoio às políticas de enfrentamento da pandemia; e defesa das instituições.

3 Disponível em: <https://www.facebook.com/acaodacidadania/>.

4 Disponível em: <https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil>.

5 Disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude>.

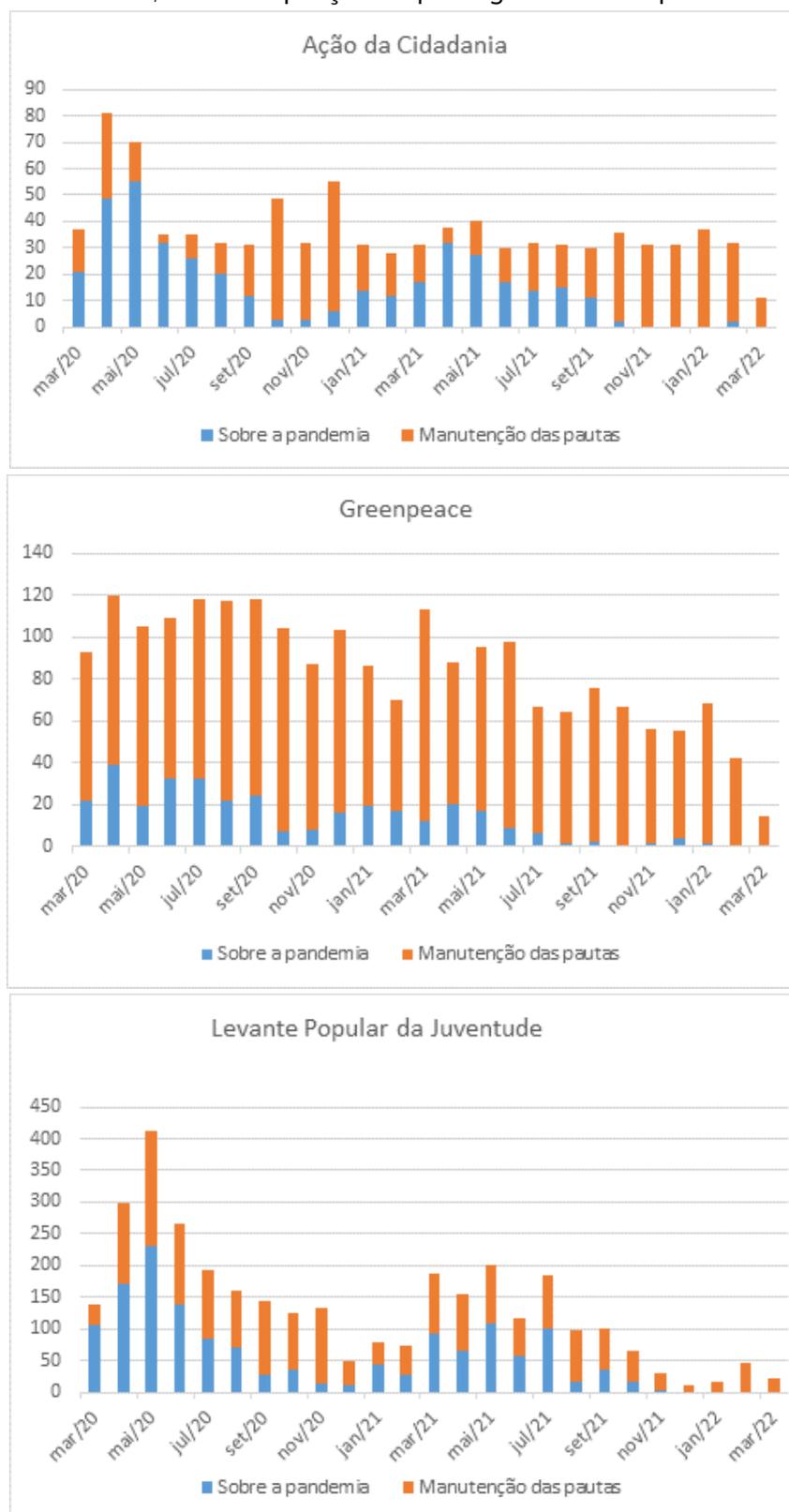
6 Dia seguinte à declaração da pandemia de covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).



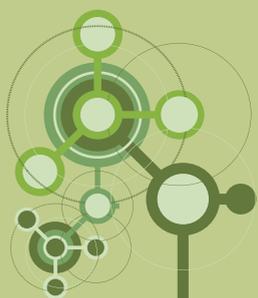
MOVIMENTOS SOCIAIS, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E PANDEMIA DE COVID-19

Realizamos uma apresentação geral dos dados, buscando observar aspectos relevantes com base em mudanças no número de total postagens em cada mês. Destacamos dois aspectos relevantes: os picos no número de postagens no período inicial da pandemia e a semelhança entre os objetos da pesquisa, da proporção de postagens que abordam ou não a pandemia em um mesmo mês. Os Gráficos 1, 2 e 3 mostram picos importantes em postagens entre março e maio de 2020, e entre março e junho de 2021. Em outubro de 2021, o tema já quase não ocupa espaço relevante na comunicação dos movimentos sociais.

Gráficos 1, 2 e 3: Proporção de postagens sobre a pandemia



Fonte: Elaborado pelas autoras.



É possível perceber que períodos de rápido agravamento, em que o impedimento de aglomeração e contato físico se intensificaram, refletiram em um aumento de postagens visível, nos dados do Ação da Cidadania e do Levante popular da Juventude. Os gráficos corroboram inferir que os movimentos sociais se adaptaram às estruturas políticas e, também, interacionais do contexto, recorrendo à comunicação digital para desempenhar diferentes papéis durante a pandemia de covid-19.

O aumento de postagens no Facebook pelos movimentos deriva não apenas da restrição nas possibilidades de interação e, conseqüentemente, da limitação dos usos dos repertórios de ação coletiva, mas também dos impactos na vida da população brasileira. O aumento de postagens sobre a pandemia, na maior parte das vezes, é acompanhado do aumento no número total de postagens. Isso nos leva à constatação de que as questões relacionadas à pandemia não ocuparam, simplesmente, o espaço destinado às ações de comunicação digital dos movimentos. Há um esforço maior de produção de conteúdos informativos para suprir as demandas específicas da pandemia, oferecendo, muitas vezes, um recorte segundo as pautas prioritárias de cada movimento social, explorando as nuances do cenário complexo que constituía a pandemia no Brasil.

Muito além do protesto: movimentos sociais na pandemia

Faremos uma breve apresentação dos diferentes papéis desempenhados por movimentos sociais na pandemia de covid-19, visando à construção ativa da cidadania, partindo das categorias propostas por Pleyers (2020), para então detalhar os achados que nos levaram a incluir uma nova categoria de análise, revelando uma faceta relevante para compreender as dinâmicas de comunicação pública no caso brasileiro. Inserimos alguns exemplos de postagens para ilustrar ao leitor seu conteúdo.

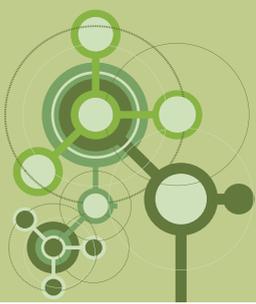
O primeiro papel é o de protestos no espaço público, que buscavam direcionar a atenção pública para determinadas pautas ou alvos de contestação. Diante das políticas de distanciamento social, os movimentos sociais inovaram com formas de ocupação do espaço público que não dependem de presença física, como projeções simultâneas em prédios, os projetaços; além de performances no espaço público que vão de intervenções viabilizadas sem aglomeração até adaptações que tornaram grandes manifestações mais compatíveis com as restrições do período, como a organização de manifestantes em filas, para manter distanciamento (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2 Intervenções sem aglomeração e adaptações em manifestações



Fonte: Fanpage do Greenpeace, abril/2021. Fanpage do Levante Popular da Juventude, junho/2021.

O segundo papel identificado nas postagens é a defesa de direitos de categorias profissionais, envolvendo conteúdo voltado a questões trabalhistas relacionadas à pandemia. Houve atuação em diferentes frentes: apoio e repercussão de greves; paralisações e atos simbólicos; análises sobre como a pandemia afeta e quais as demandas de categorias profissionais



específicas, como empregadas domésticas, entregadores, profissionais da saúde; promoção de ações de apoio aos trabalhadores que tiveram sua atividade ou geração de renda afetada; e discussões e posicionamentos sobre direitos dos trabalhadores na pandemia. Exemplos desta última são posicionamentos contra a aprovação da chamada MP da Morte, que liberava o cancelamento de contratos de trabalho e de salários por até quatro meses durante a pandemia, e o apoio ao PL 735, que propunha medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para diminuir os impactos da covid-19.

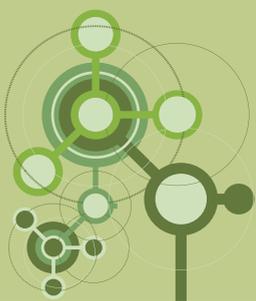
Em terceiro, os movimentos sociais promoveram a solidariedade de diferentes formas, intensificando as ações a depender do cenário sanitário, social e econômico do país. A solidariedade foi compreendida de forma ampla por movimentos sociais que se dedicaram a oferecer alimentos, itens de higiene e suprimentos de saúde, bem como, acesso à Internet, informação, cultura, afeto e acolhimento (Figuras 3 e 4). Tais postagens envolveram ações de organização de redes de arrecadação e distribuição de itens, prestação de contas, criação de espaços virtuais de apoio emocional, promoção de eventos digitais para promoção da cultura e manifestações de luto.

Figuras 3 e 4: Distribuição de itens e promoção de eventos culturais



Fonte: Fanpage do Greenpeace, fevereiro/2021. Fanpage do Levante Popular da Juventude, junho/2020.

O quarto papel envolve ações de vigilância civil monitorando governos, com análise de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e seus desdobramentos sociais e econômicos, sobre a conduta de políticos e gestores públicos, assim como ações de pressão sobre a política institucional em favor ou contra determinados encaminhamentos, como na Figura 5, em campanha contra a realização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, durante períodos em que o distanciamento social era necessário. As postagens mostram como movimentos sociais também foram propositivos, oferecendo soluções alinhadas aos seus valores e perspectivas políticas, alimentando o debate público com opções para lidar com as crises que se apresentavam por meio da produção de relatórios, análises e debates com outros atores sociais e políticos (Figura 6).



Figuras 5 e 6: Pressão política e vigilância



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, maio/2020. Fanpage do Greenpeace, maio/2020.

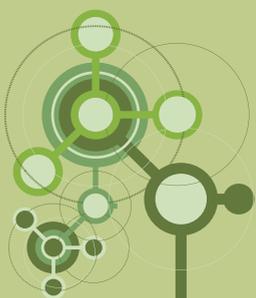
Em quinto lugar, os movimentos sociais se dedicaram a ações de educação e conscientização sobre a doença, mas também sobre os desdobramentos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia para a população brasileira e para grupos vulneráveis específicos, e sobre como a sociedade poderia se organizar e agir diante deles. As análises acerca da pandemia e suas diferentes consequências repercutiram matérias jornalísticas, textos opinativos dos próprios movimentos, transmissões ao vivo com debates entre membros de diferentes movimentos e especialistas, produção de relatórios, divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas pelos movimentos sociais e compartilhamento de noticiário da mídia independente, trazendo outro olhar acerca dos fatos relacionados à pandemia. Há também um esforço reflexivo sobre como a sociedade civil deve atuar nesse contexto, em articulação com outros atores.

Considerando critérios como comunicação de interesse público, interação entre Estado, governo, mercado e sociedade civil e participação ativa da população em assuntos do governo, entendemos que movimentos sociais se engajaram em processos de comunicação pública ao desempenharem esses papéis. No entanto, encontramos na análise das postagens outro eixo de atuação para a construção da cidadania, o qual se diferencia dos demais por não ser uma prática típica de movimentos sociais.

Nesse contexto, com discursos conflitantes no espaço público sobre o melhor caminho para enfrentar a doença e as crises, em que o próprio governo emitia mensagens contraditórias entre diferentes instâncias, os movimentos sociais difundiram informação sobre políticas públicas e instituições, cumprindo com um papel de comunicação pública que governos e órgãos do Estado deveriam prioritariamente desempenhar.

Informações sobre políticas públicas e instituições

Práticas de comunicação pública tipicamente desempenhadas por governos e órgãos do Estado foram identificadas em 118 publicações sobre a pandemia de covid-19 e classificadas nas seguintes subcategorias: informações sobre políticas públicas relacionadas à pandemia; apoio às políticas de enfrentamento da pandemia; e funcionamento das instituições, que detalhamos a seguir.



Movimentos sociais produziram e compartilharam informações acerca do acesso às políticas públicas, explicando como funcionam, quem pode ser beneficiado e até quais são os procedimentos para o cidadão realizar o cadastro e garantir seus direitos. Tratam também de políticas específicas da pandemia, como o Auxílio Emergencial, e de adequações de políticas que já estavam em vigor no contexto da pandemia, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Nas periferias de Belo Horizonte, um carro de som informava sobre a distribuição de cestas básicas da prefeitura e como fazer para consegui-las. Com isso, os movimentos agiram em colaboração com o poder público para facilitar o acesso dos cidadãos às políticas de assistência social, com uma linguagem adequada aos seus públicos.

Na segunda subcategoria, apoio às políticas de enfrentamento da pandemia, concentramos as publicações que buscam não apenas informar, mas também incentivar a adesão ao uso de máscaras, higienização das mãos, isolamento social e vacinação (Figura 7). Sobre essa última, podemos notar abordagens variadas, como explicações sobre a forma de funcionamento das vacinas, qual proteção elas oferecem, suas taxas de eficácia, o que são efeitos adversos e quais as chances de eles acontecerem, como as vacinas contribuem para enfrentar a pandemia, divulgação de calendário vacinal com datas e grupos a serem vacinados (Figura 8).

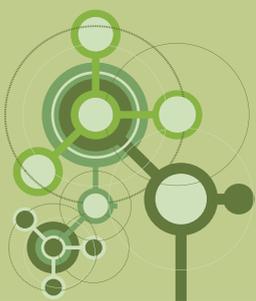
Figuras 7 e 8: Apoio às políticas de enfrentamento da pandemia



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, março/2020.



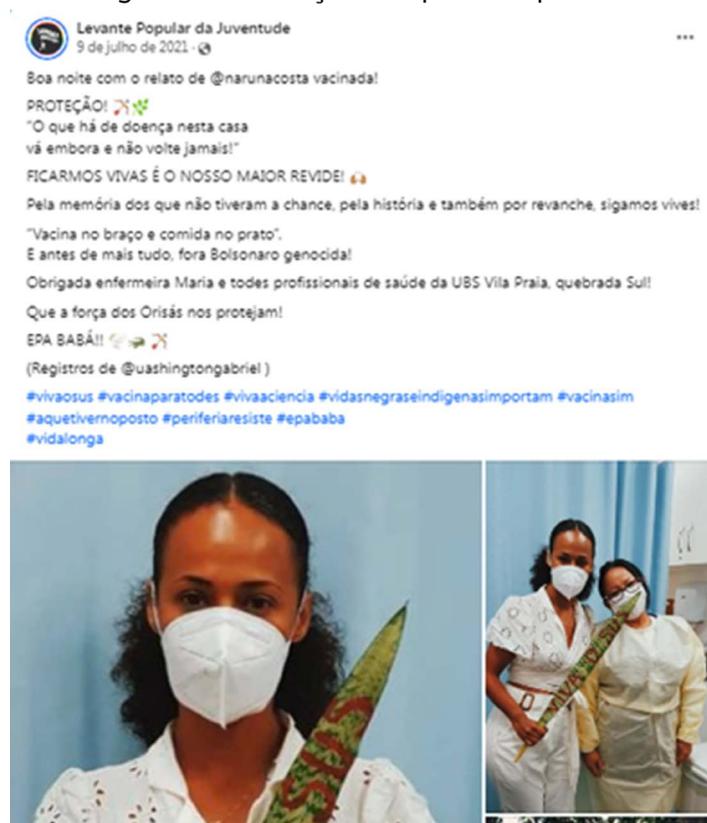
Fonte: Fanpage do Ação da Cidadania, fevereiro/2022.



Uma série de recursos de comunicação digital são utilizados, como imagens, vídeos e hashtags associadas, uma composição de música autoral incentivando o uso de máscaras e até mesmo uma coreografia para vídeos no TikTok, imitando o gesto da vacinação com música associada, “vem vacinando, vem”. Muitas vezes, essas ações assumem caráter de mobilização digital, que incentiva a adesão de usuários em seus perfis pessoais. Por exemplo, uma agitação pelo uso de máscaras oferece instruções para que cada seguidor tire fotos com a máscara no rosto e compartilhe em suas próprias redes, falando sobre a importância das medidas de proteção.

Em um contexto discursivo no qual o governo federal assumia uma postura negacionista e descredibilizava as vacinas, a divulgação de fotos que registram o momento de vacinação se tornou uma prática disseminada. As vacinações se tornaram momentos típicos de reivindicação ou expressão política com o uso de cartazes e camisetas com frases relacionadas à defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), ao direito à vacina, contra o presidente e suas falas. Esses registros operaram como testemunho da confiança e adesão às políticas de enfrentamento da pandemia preconizadas pela ciência e por órgãos competentes (Figura 9).

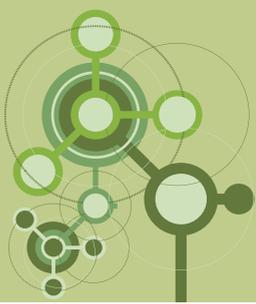
Figura 9: Vacinação e expressão política



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, julho/2021.

Isso nos leva à última subcategoria: funcionamento das instituições. Uma das funções da comunicação pública é traduzir para a população as finalidades e formas de operação das diferentes estruturas que compõem o Estado. Porém, como buscamos evidenciar até agora, o contexto brasileiro não se caracterizava apenas pela inação do governo em relação à transparência e ao diálogo com a população, mas pela deslegitimação institucional operada por dentro que, inclusive, não se limitava ao Estado. O ataque às instituições abrangia também a ciência e a democracia.

Os principais objetos das postagens que falam sobre estruturas do Estado são as Universidades Públicas e o Sistema Único de Saúde, buscando demonstrar sua relevância no enfrentamento da pandemia de diferentes formas, dando visibilidade para a realização de testes rápidos, pesquisas desenvolvidas e produção de equipamentos, como ventiladores pulmonares, entre outros (Figura 10). A oposição entre governo e instituições do Estado se evidencia nas publicações que respondem a provocações de membros do governo, como o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que afirmava que Universidades Públicas promoviam “balbúrdia”, ou em motes como “O SUS salva vidas, Bolsonaro não” (Figura 11).



Figuras 10 e 11: Funcionamento das instituições



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, março/2020.



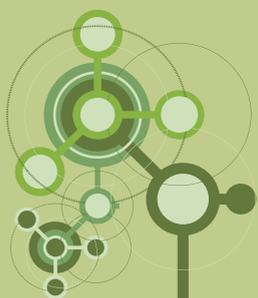
Fanpage do Greenpeace, março/2020.

Destacamos que algumas estruturas do Estado reagiram para enfrentar os ataques, em iniciativas como a da Fiocruz, de incentivar diálogos de seus especialistas com outros atores sociais, em transmissões ao vivo, por exemplo a promovida com o Levante Popular da Juventude, "Ciência salva vidas". Já a comunicação pública, preconizada pelos movimentos sociais, assume a roupagem de militância e, mais que apresentação de funcionamento e informação, posiciona-se defendendo as instituições.

Por fim, destacamos como o ataque às estruturas do governo, o negacionismo científico e os entraves ao acesso à informação são percebidos pelos movimentos sociais como componentes de um quadro maior de crise institucional que transcende a pandemia e ameaça a própria democracia. Um exemplo é a campanha #BrasilPelaDemocracia, que articulou mais de 70 organizações da sociedade civil em um manifesto que "denuncia o ataque permanente e inconcebível às instituições, à imprensa, ao Estado Democrático de Direito e aos direitos dos cidadãos e cidadãs garantidos na Constituição Federal" (Campos, 2020). Buscaram, assim, associar a luta pela vida em meio à pandemia não apenas às políticas sanitárias, mas também ao fortalecimento das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama geral apresentado nos fornece subsídios para afirmar que a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a manutenção das democracias e dos direitos civis em tempo de crise. O fenômeno da pandemia fez emergir uma série



de discursos prós e contra a seriedade e gravidade da crise sanitária, configurando uma possibilidade de compreender as relações de interdependência entre os sujeitos envolvidos nos processos conflituivos.

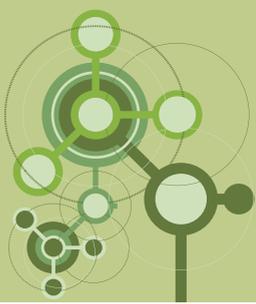
Os movimentos sociais recorreram à comunicação digital para buscar diferentes objetivos, como propagar pautas, buscar engajamento e, como foi observado na pesquisa, combater a desinformação gerada pela comunicação oficial. Ademais, trabalharam para garantir que as medidas de emergência adotadas pelos governos respeitassem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, da mesma forma que defenderam políticas as quais abordassem as desigualdades socioeconômicas exacerbadas pela crise.

Buscando conscientizar a sociedade sobre questões críticas relacionadas à pandemia, esses movimentos enfrentaram o desafio de competir com uma variedade de vozes na esfera pública. As informações falsas e controversas confundiram o público e afetaram os esforços de combate à pandemia, comprometendo a eficácia das medidas de saúde pública e colocando vidas em risco. Como resultado dessas tensões, a confiança na informação e nas instituições foi abalada, dificultando a adoção de comportamentos preventivos e o apoio a políticas de saúde pública baseadas em evidências.

A pesquisa indica que os movimentos sociais são potenciais promotores de comunicação pública e que, em contexto de crise não só sanitária, mas também social, política e institucional, reagem às tensões do contexto. Quando movimentos sociais adotaram práticas de comunicação pública, voltadas a difundir informação de interesse público sobre o enfrentamento da pandemia, não agiram apenas nas lacunas deixadas pelo Estado, mas na contramão de um governo que usou o aparato estatal de comunicação, como perfis oficiais, para espalhar desinformação. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil responderam à crise, adaptando suas estratégias e ativismo para lidar com os novos desafios apresentados pela pandemia, em defesa de direitos sociais, civis e políticos, cumprindo um papel que, em um contexto democrático, o Estado tem a obrigação de desempenhar para garantir o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.1-33.
- CAMPOS, Mariana. Sem democracia, não há como lutar pelo meio ambiente. *Greenpeace Brasil*, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/sem-democracia-nao-ha-como-lutar-pelo-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 out. 2023.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.59-71.
- Floss, Mayara; Tolotti, Gabrielle.; Rossetto, Andrei dos Santos.; Camargo, Tatiana Souza de. Saldiva, Paulo Hilário Nascimento. Linha do tempo do "tratamento precoce" para Covid-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. *Interface – Comunicação Saúde, Educação*, Botucatu, v.27, 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210693>.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v.16, n. 47, 2011.
- KNISS, Andressa Buttore; COMEL, Naiza; FERRACIOLI, Paulo; TEIXEIRA, Jackeline. Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da covid-19? In: SEMINÁRIO DISCENTE DE CIÊNCIA



POLÍTICA DA UFPR (SDCP), 2., 2021, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021, p.126-158. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2021/paper/view/4576>. Acesso em: 10 dez. 2023

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Comunicação digital e cidadania: a atuação de movimentos sociais e contramovimentos durante a pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, v.17, n.1, p.61-72, 2022.

MASSUCHIN, Michele Goulart; QUADROS, Claudia Irene de; COMEL, Naiza; IOSCOTE, Fabia; OLIVEIRA, Paula Andressa de; KOHLS, Chirlei. A Comunicação Pública no campo da pesquisa em Comunicação: aspectos teóricos e empíricos da produção científica brasileira (2013-2022). *Contracampo*, Niterói, v.42, n.3, 2023.

MATTONI, Alice; TRERÉ, Emiliano. Media practices, mediatization processes, and mediatization in the study of social movements. *Communication Theory*, [s. l.], v.24, n.3, p.252-271, 2014.

PLEYERS, Geoffrey. The Pandemic is a battlefield. Social movements in the Covid-19 lockdown. *Journal of Civil Society*, Abingdon, v.16, n.4, p.295-312, 2020.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

TARROW, Sidney. Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics: From France to England [Not quite] Back Again. *Histoire@Politique*, [s. l.], v.10, n.1, p.8, 2010.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], n.3, p.133-160 2010.

SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro. Comunicação Pública e Mídiação: tecnologias digitais e práticas comunicacionais de entes do Estado, Mercado e Sociedade Civil. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 14., 2020, Bauru. *Anais [...]*. Bauru: Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2020. Disponível em: http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/qhhaNg60So_Abrapcorp2020_ComunicacaoPublicaeMidiaticacao_comautoria.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

VOLPATO, Alana Nogueira. Estruturas de Oportunidade Midiática: como movimentos sociais pensam suas estratégias de visibilidade diante dos processos de mídiação. *Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, [s. l.], v.1, n.1, 2023. doi: <https://doi.org/10.55592/524.2023.9892263>

WEBER, Maria Helena. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor. (orgs.). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolítica/Carvalho Comunicação, 2021. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf#page=31. Acesso em: 10 dez. 2023.